



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº DE 2013

(Dos Srs. Arnaldo Jardim e Rubens Bueno)

Requerem a realização reunião de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para esclarecer sobre esquemas de pagamento de propina e desvio de recursos do programa Minha Casa, Minha Vida, no âmbito do Ministério das Cidades.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Reunião de Audiência Pública para esclarecer denúncias sobre de pagamento de propina e desvio de recursos do programa Minha Casa, Minha Vida, no âmbito do Ministério das Cidades. Para isso solicito que seja convocado o Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e sejam convidados:

- ex-diretor de Produção Habitacional do Ministério das Cidades e sócio da RCA Assessoria, Daniel Vital Nolasco;
- presidente do banco Luso Brasileiro;
- gerente-geral da RCA Assessoria, Valmir Lima;
- proprietário da KL Construções, Rubens Amaral;
- proprietário da SC Construções, Raimundo Livramento; e
- proprietário da Terra Nova Engenharia, Jeziel Nunes.

Justificativa

De acordo com reportagem do jornal O GLOBO, pequenos construtores subcontratados para tocar obras do Minha Casa Minha Vida (MCMV), em municípios com menos de 50 mil habitantes, revelam que só conseguiam entrar no programa se pagassem propina à empresa RCA Assessoria. De acordo com

a reportagem, a empresa montada por ex-funcionários do Ministério das Cidades cobrava das empreiteiras uma taxa que variava de 10% a 32% do valor do imóvel construído. Em alguns casos, o pedágio teria inviabilizado o trabalho e as obras acabaram sendo abandonadas. Apesar das declarações dos empreiteiros, a RCA nega cobrar qualquer taxa das construtoras.

Uma das empresas repassou mais de R\$ 500 mil para a RCA. O dinheiro era depositado na conta da construtora Souza e Lima, criada pelo gerente-geral da RCA, Valmir Lima, e por Valdemar de Souza Júnior, engenheiro da RCA. Os construtores dizem que quem fechava a negociação era o sócio da RCA Daniel Vital Nolasco, ex-diretor de Produção Habitacional do Ministério das Cidades, filiado ao PCdoB.

Em processo judicial movido por outro ex-servidor do Ministério das Cidades, que alega ter sido sócio oculto da RCA, Nolasco é acusado de montar um esquema de empresas de fachadas para fraudar o MCMV.

Os recursos para as obras são liberados pelo Ministério das Cidades para o banco Luso Brasileiro, e a RCA atua como correspondente bancária da instituição. Em cidades com menos de 50 mil habitantes, os repasses dos recursos do Orçamento da União para o Minha Casa Minha Vida não necessariamente são feitos pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do Brasil.

Deputado Arnaldo Jardim
PPS - SP

Deputado Rubens Bueno
PPS - PR